

9309710, segundo-grumete recruta RC Rúben Miguel Soares Marques;
9313510, segundo-grumete recruta RC Diogo Manuel Neiva de Moraes;
9302410, segundo-grumete recruta RC Sara Lopes;
9309510, segundo-grumete recruta RC David Jaime dos Santos Gouveia;
9306810, segundo-grumete recruta RC Bruno Miguel Ralo dos Santos;
9309810, segundo-grumete recruta RC Gualtero Jorge Santos Júlio;
9310410, segundo-grumete recruta RC Joel da Cunha Cardoso;
9304410, segundo-grumete recruta RC Gustavo José da Cunha Gomes.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9335709, primeiro-grumete C RC Ricardo Manuel Moreira Osório, pela ordem indicada.

28 de Março de 2011. — O Chefe da Repartição de Sargentos e Praças, *Luís António de Oliveira Belo Fabião*, capitão-de-mar-e-guerra. 204593862

Despacho n.º 6965/2011

Por despacho de 1 de Abril de 2010, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, ingresso na categoria de praças, em regime de contrato, no posto de primeiro-grumete da classe de técnicos de armamento, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 296.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 10 de Fevereiro de 2011, o 9311110, segundo-grumete recruta RC Patrício José Balança Martins.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9303510, primeiro-grumete TA RC Fábio Alexandre Rebôcho Vaz e à direita do 9304110, primeiro-grumete TA RC Tiago Miguel da Graça Henriques.

1 de Abril de 2011. — O Chefe da Repartição de Sargentos e Praças, *Luís António de Oliveira Belo Fabião*, capitão-de-mar-e-guerra. 204594015

Despacho n.º 6966/2011

Por despacho de 5 de Abril de 2011, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, ingresso na categoria de praças, em regime de contrato, no posto de primeiro-grumete da classe de Electromecânicos, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 296.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), o 9302510, segundo-grumete recruta RC Miguel Machete Rodrigues, a contar de 10 de Fevereiro de 2011.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9305010, primeiro-grumete EM RC Daniel Pereira Raimundo e à direita do 9310110, primeiro-grumete EM RC André Filipe Martins Agra.

5 de Abril de 2011. — O Chefe da Repartição de Sargentos e Praças, *Luís António de Oliveira Belo Fabião*, capitão-de-mar-e-guerra. 204592388

Despacho n.º 6967/2011

Por despacho de 5 de Abril de 2011, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, ingresso na categoria de praças, em regime de contrato, no posto de primeiro-grumete da classe de Electromecânicos, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 296.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), o 9818209, segundo-grumete recruta RC Tiago Gonçalves Dinis, a contar de 10 de Fevereiro de 2011.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9306010, primeiro-grumete EM RC Diogo Emanuel Cruz Rosa e à direita do 9303410, primeiro-grumete EM RC Rodrigo Catarino Pascoal.

5 de Abril de 2011. — O Chefe da Repartição de Sargentos e Praças, *Luís António de Oliveira Belo Fabião*, capitão-de-mar-e-guerra. 204592306

Despacho n.º 6968/2011

Por despacho de 8 de Abril de 2010, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, ingresso na categoria de praças, em regime de contrato, no posto de primeiro-grumete da classe de comunicações, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 296.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 29 de Outubro de 2010, o 9319709, segundo-grumete recruta RC Pedro Manuel Duarte Ribeiro.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9320909, primeiro-grumete C RC Diogo Manuel Afonso Gomes de Freitas e à direita do 9330409, primeiro-grumete C RC Tânia Susano de Sousa.

8 de Abril de 2011. — O Chefe da Repartição de Sargentos e Praças, *Luís António de Oliveira Belo Fabião*, capitão-de-mar-e-guerra. 204594089

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Louvor n.º 301/2011

Por proposta do Director Nacional de Recursos de Protecção Civil, e no momento em que cessa funções públicas por motivo de aposentação, louvo a coordenadora técnica Maria Helena Pêgas Ferreira Nunes pela forma dedicada e extremamente competente como desempenhou funções na Secção de Património do Núcleo de Gestão Patrimonial da Direcção Nacional de Recursos de Protecção Civil.

Trabalhadora da Autoridade Nacional de Protecção Civil desde 1996, sempre demonstrou elevados conhecimentos técnicos e grande sentido de responsabilidade, muito tendo contribuído para uma resposta pronta e eficiente às solicitações que diariamente são feitas àquela Secção.

As suas qualidades profissionais e pessoais, aliou uma permanente disponibilidade para ocorrer às mais variadas situações, tornando-se um elemento essencial à prossecução dos objectivos superiormente estabelecidos para a Direcção Nacional de Recursos de Protecção Civil.

Pelos atributos enunciados é Maria Helena Pêgas Ferreira Nunes merecedora que, no momento em que se aposenta, o seu desempenho, que qualifico de meritório e exemplar, seja reconhecido através deste público louvor que mando publicar.

30 de Março de 2011. — O Presidente, *Arnaldo Cruz*.

204626959

Polícia de Segurança Pública

Direcção Nacional

Aviso n.º 10251/2011

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 90/2008, de 30 de Maio, e da Portaria n.º 230/2010, de 26 de Abril, faz-se público que se encontra aberto, a partir desta data e por um período de 20 dias úteis, o concurso de admissão para a frequência do 1.º ano do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, cujo número de vagas foi fixado em 25, nos termos da Portaria n.º 879/2009, de 21 de Setembro, e do Despacho n.º 139/2011/MEF, do Ministro de Estado e das Finanças, de 19 de Abril de 2011. O concurso é válido apenas para a admissão ao 1.º ano do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, para o ano lectivo 2011/2012.

2 — São condições gerais de admissão a concurso:

- a) Ser cidadão português;
- b) Ter menos de 21 anos em 31 de Dezembro do ano em que se realiza o concurso;
- c) Ter pelo menos 1,65 m de altura para os candidatos masculinos e 1,60 m de altura para os candidatos femininos;
- d) Ser titular de um curso de ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente, ou demonstrar que se encontra inscrito e a concluiu nesse mesmo ano, até à data do encerramento do concurso;
- e) Ter realizado as provas de ingresso fixadas para o estabelecimento/curso, nos termos fixados pela Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, até à data do encerramento do concurso; e
- f) Não ter sofrido sanção penal inibidora do exercício da função.

3 — São condições especiais de admissão para o pessoal com funções policiais da PSP:

- a) Ter, até 31 de Agosto do ano em que se realiza o concurso, pelo menos, dois anos de serviço efectivo após o seu ingresso na respectiva carreira;
- b) Ter menos de 45 anos em 31 de Dezembro do ano em que se efectue o concurso; e
- c) Estar colocado na classe exemplar ou na 1.ª classe de comportamento.

4 — Documentos para a candidatura a concurso.

4.1 — Os candidatos não pertencentes aos quadros da PSP devem apresentar:

- a) Formulário solicitando a admissão ao concurso;

b) Certidão narrativa completa do registo de nascimento, original ou fotocópia autenticada, passada nos doze meses que antecedem a data de entrega;

c) Certidão do registo criminal, original ou fotocópia autenticada, passada nos três meses que antecedem a data de entrega;

d) Ficha ENES (documento comprovativo da titularidade do curso de ensino secundário e da respectiva classificação e das classificações obtidas nos exames nacionais do ensino secundário correspondentes às provas de ingresso exigidas), nos termos fixados pelo Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público, a apresentar oportunamente;

e) Documento comprovativo da inscrição nos exames nacionais do ensino secundário correspondentes às provas de ingresso exigidas, a apresentar oportunamente;

f) No caso de ser menor, declaração dos pais, ou de quem exercer o poder paternal, autorizando a candidatura ao concurso; e

g) Declaração do candidato comprovativa da sua robustez física e aptidão para prestar provas físicas.

4.2 — Estes documentos podem ser entregues no ISCPSP ou em qualquer unidade da PSP, podendo também ser enviados por correio registado com aviso de recepção para a Rua 1.º de Maio, n.º 3, 1349-040 Lisboa, no período indicado no n.º 1 do presente aviso.

4.3 — Os candidatos pertencentes à PSP são dispensados de apresentar os documentos das alíneas b) e c), devendo os restantes documentos ser enviados através do serviço a que pertencem, acompanhados da nota de assentos.

5 — Provas de admissão.

5.1 — Na avaliação da capacidade para a frequência do curso ministrado no ISCPSP, para além da classificação final do ensino secundário e da classificação da prova de ingresso de Português, são fixados pré-requisitos de selecção de natureza funcional, com carácter eliminatório, que são:

- a) Provas de aptidão física;
- b) Inspecção médica; e
- c) Provas de aptidão psicológica.

5.2 — Constitui pré-requisito de natureza vocacional, não eliminatório, a entrevista vocacional.

5.3 — Os pré-requisitos são os constantes na Portaria n.º 230/2010, de 26 de Abril, sendo os candidatos notificados da data da sua realização no ISCPSP.

5.4 — A seriação dos candidatos é realizada pela ordem decrescente das respectivas notas de candidatura, na escala de 0 a 200, calculada através da seguinte fórmula:

$$NC = S \times 0,5 + I \times 0,45 + PS \times 0,05$$

em que:

NC = nota de candidatura;

S = classificação final do ensino secundário — 50 %;

I = classificação da prova de ingresso — 45 %; e

PS = classificação do pré-requisito de seriação (entrevista) — 5 %.

5.5 — A lista de classificação final será afixada no ISCPSP.

6 — Serão excluídos do concurso os candidatos que:

a) Não satisfaçam alguma das condições de admissão fixadas nos n.ºs 2 e 3 do presente aviso;

b) Não apresentem todos os documentos previstos no n.º 4 do presente aviso dentro dos prazos fixados;

c) Não se apresentem pontualmente no local da realização das provas;

d) Não satisfaçam os pré-requisitos de natureza funcional;

e) Tenham sido condenados em qualquer processo-crime ou processo disciplinar por factos a que, nos termos do Regulamento Disciplinar da PSP, corresponda a pena de aposentação compulsiva ou de demissão;

f) Sejam objectores de consciência; e

g) Não tenham obtido nota igual ou superior a 100 pontos nas provas de ingresso fixadas ou na classificação do ensino secundário.

7 — Constituição do júri do concurso:

Presidente — Intendente Ismael Pereira Gaspar Jorge

1.º Vogal — Intendente Helder Valente Dias

2.º Vogal — Subintendente Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras

3.º Vogal — Comissário Pedro Miguel Marques Valente de Pinho

4.º Vogal — Subcomissário José Manuel de Mendonça Ramos

8 — Legislação aplicável ao concurso:

Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 90/2008, de 30 de Maio, e Portaria n.º 230/2010, de 26 de Abril.

29 de Abril de 2011. — O Director, *José Ferreira de Oliveira*, Superintendente.

204627371

Despacho (extracto) n.º 6969/2011

Por despacho de 02 de Março de 2011, do Director Nacional-Adjunto, para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos é promovido ao posto de Agente Principal, por concurso de avaliação curricular, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 02 de Abril de 2008, o Agente M/147129, Bruno Miguel Diogo Baptista, do Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa, ocupando o seu lugar n.º 102, com a classificação final de 13,214 valores, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 170, da tabela salarial em vigor para a Polícia de Segurança Pública à data do Despacho de promoção.

15 de Abril de 2011. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Miguel Mendes*, superintendente.

204590808

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 6970/2011

Por despacho da Subdirectora-Geral de 18 de Março de 2011, por delegação do Director-Geral:

António Pereira dos Santos, Escrivão Auxiliar do Tribunal de Comarca de Lamego — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Mesão Frio;

Maria Angelina Pereira Novais Pinto, Escrivã Auxiliar do Tribunal de Comarca de Mesão Frio — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Lamego.

Início de Funções: 2 dias

12 de Abril de 2011. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.
204589991

Direcção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 10252/2011

Anulação do procedimento concursal comum para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria/carreira de assistente técnico (área funcional: Administrativa e Financeira) do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, publicado no Aviso n.º 20/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 1, de 3 de Janeiro de 2011.

Torna-se público que por despacho de 18 de Abril de 2011, de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, em substituição de S. Ex.ª o Ministro da Justiça, foi homologada a decisão de cessação do procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico, constante no aviso n.º 20/2011, do *Diário da República* 2.ª série, n.º 1 de 3 de Janeiro de 2011, publicado na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE201101/0048 de 4 de Janeiro de 2011, na página electrónica da DGPJ e no Jornal Público de 11 de Janeiro de 2011.

27 de Abril de 2011. — A Directora-Geral da Política de Justiça, do Ministério da Justiça, *Ana Vargas*.

204629112